

## CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### COMISSÃO/CÂMARA: POLÍTICAS SOCIAIS

**DATA: 03/09/2009**

#### **PRESENTES:**

<b>NOME</b>	<b>ENTIDADE</b>
Ana Paula Gerent	SETP/CGM
Inês Roseli Soares Tonello	CRED – II
Ironi R. V. Camargo	SETP/CGM
Lucimeri Sampaio Bezerra	COHAPAR

#### **1) Balanço da situação atual da revisão cadastral;**

Em dezembro de 2008, o MDS/SENARC realizou na base nacional do Cadastro Único de Programas Sociais um levantamento de cadastros desatualizados (sem alterações há mais de 2 anos). Estabeleceu, então, prazo para revisão dos mesmos (a partir de Fevereiro com encerramento em agosto de 2009) sendo prorrogado até 31 de outubro próximo. Em 28 de agosto passado, o relatório do MDS apontava no Estado do Paraná, 14 municípios com mais de 500 cadastros desatualizados e 9 municípios com mais de 1.000, e apenas 58% de atualização, em que pese toda a mobilização e apoio técnico da CAIXA e da Coordenação Estadual. A partir de Outubro os benefícios das famílias com cadastros desatualizados serão bloqueados e em dezembro eles serão cancelados.

- Será mantido o apoio técnico aos municípios com maiores índices e números de cadastros desatualizados.
- O MDS está empreendendo ações de monitoramento das auditorias nos cadastros para aperfeiçoar e dar maior consistência a essa base de dados a partir de batimentos com bancos de dados nacionais como RAIS, RENAVAL, SISOBI, POLÍTICOS ELEITOS E SUPLENTEs, PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DOCUMENTAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS.
- No final deste ano será implantada a Versão 7.0 do Sistema Operacional do Cadastro Único e implantado novo formulário a ser transmitido On-line, o que facilitará a sua operação e tornará mais ágil sua atualização e uso no acompanhamento das Condicionais, particularmente na Saúde e Educação.

#### **2) Expansão do Programa Bolsa Família;**

Estabeleceram novas metas de expansão do programa a partir das novas estimativas de famílias pobres. A expectativa é de que em outubro de 2009 atinja-se uma expansão superior a 100.000 famílias a serem beneficiadas pelo PBF no Estado do PR, atingindo as metas de cobertura do Programa. O MDS pretende atingir até o final deste ano 12 milhões de famílias com o Programa.

### **3) Avaliação das reuniões das técnicas/capacitações;**

Ocorreram reuniões com a participação da Caixa Econômica Federal para orientar a ampliação e revisão dos cadastros e fazer atualizações nos mesmos. Foram discutidas as estratégias das gestões municipais, como também compartilhadas as experiências com sucesso na busca das famílias para atualização cadastral.

### **4) Uso da base de dados do Cadastro Único no planejamento, acompanhamento e avaliação das Políticas Sociais;**

Nos dias 22 e 23 de Outubro de 2009 acontecerá o Seminário "USOS DA BASE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS". Será preparado material para subsidiar os técnicos para seu uso nas Políticas Sociais.

### **5) Ação Integrada Umuarama;**

- Ação Integrada (PETI + PBF).
- Todos os municípios da região estiveram presentes.
- Os órgãos que participaram foram SETP, SEED, SECJ, SRTE E SESA/CEST.
- RESULTADOS: Os municípios perceberam a atuação de cada órgão e foram sensibilizados a ter um olhar diferenciado na questão do Trabalho Infantil e mobilizados a enfrentá-lo.

### **6) Frequência escolar;**

Relatório Junho/Julho (desempenho estadual):

87,57 → BFA Criança acompanhada até 15 anos

73,67 → BVJ Crianças de 16 e 17 anos

### **7) Ofício nº 027/2009 -GAB/SNAS/MDS – Referente ao município Primeiro de Maio;**

Comunicação de pendência do município de Primeiro de Maio relativo ao 25º Sorteio Público da CGU. A SNAS informou o município sobre as devidas pendências, concedendo o prazo de 30 dias para manifestação (prorrogado por mais 5 dias).

Informa no ofício que no caso da ausência da manifestação à SNAS, essa, solicitaria a CIB a desabilitação do mesmo. A Comissão de Políticas Sociais do CEAS, tomou ciência através da leitura do documento e propõe encaminhamento para a CGM para via escritório regional, verificar se as pendências foram sanadas.

### **7) Prazos para acompanhamento dos Planos Providência pelos Estados;**

Como resultado do Censo CRAS de 2007, foram identificadas situações insatisfatórias na ficha de monitoramento. A CIT aprovou o processo de acompanhamento da implementação do PAIF nos CRAS, pela União e Estados, para que os municípios tomem providências para alcançar índices satisfatórios de desenvolvimento do CRAS (Resolução CIT nº 06 e 07). Para que os municípios superem as situações identificadas, foram estipulados prazos e procedimentos constantes de Planos de Providências com previsão para superação das situações identificadas até 1º de Julho de 2009.

A SETP recebeu informação do MDS que caso o Estado identifique que o município não conseguiu superar as situações insatisfatórias no prazo estabelecido, mas que já esteja comprovadamente em fase de implementação de ações para superação, o município terá o prazo final para finalização desta implementação até dezembro de 2009.

A Comissão tomou conhecimento do documento e solicita informações relativas sobre quais são os municípios que se encontram nesta situação no Estado e quantos ainda não implementaram os Planos de Providência.

### **8) Piso Básico de Transição – PBT;**

A CGM elaborou um estudo sobre o processo de reordenamento do PBT no Estado do Paraná com base no documento “ Propostas e Regras para o reordenamento do PBT ” pactuado na CIT em 6 de maio de 2009. Essa simulação apontou os seguintes resultados:

#### RESULTADO SIMULAÇÃO I:

#### **1 OPÇÃO – OFERTA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF, NO CRAS:**

- Dos 134 municípios que hoje recebem Piso Básico Fixo e também o PBT, 14 passariam a co-financiar mais 42 CRAS e, dos 262 municípios que não recebem atualmente o PBF, 115 implantariam 124 CRAS. Ou seja, teríamos 166 novos CRAS, em 129 municípios;
- Setenta e oito municípios utilizariam todo o recurso que recebem atualmente relativo ao PBT, na implantação do CRAS;

- 318 municípios, após a primeira opção, teriam saldo de recursos e iriam para a opção seguinte (oferta de serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos);
- 269 municípios não tiveram recursos suficientes do PBT ou demanda (Censo CRAS 2008 e/ou famílias pobres sem cobertura);
- o MDS complementar com R\$ 1.361.904,24.

#### 2ª OPÇÃO – ITEM I – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA PARA FAMÍLIAS COM CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS E/OU PARA IDOSOS:

- A simulação demonstra que 318 municípios fariam a segunda opção, sendo que 147 utilizariam todo o recurso e parariam nesta opção. Assim, 172 municípios teriam sobra de recurso.
- Para os municípios que recebem PBT num valor menor que R\$ 1.000,00/mês utilizou-se como regra a complementação de recurso, até R\$ 12.000,00/ano (com base em informação repassada na teleconferência).
- Ao todo, o MDS complementar para estes casos R\$ 177.785,52 para 45 municípios. Seriam atendidas 268.859 pessoas com o recurso de R\$ 5.742.555,00 por ano.

#### 2ª OPÇÃO – ITEM II – OFERTA DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA JOVEM – PROJovem ADOLESCENTE :

- Com a simulação chegou-se ao número de 448 novos coletivos no Estado, com o recurso de R\$ 6.753.600,00, tendo ainda saldo restante de R\$ 1.347.924,12 ou 5,5% em relação ao valor inicial de R\$ 24.618.001,92.

#### SIMULAÇÃO 2 – SE OS MUNICÍPIOS EM GESTÃO INICIAL NÃO SE HABILITAREM:

- Neste caso, 71 municípios que poderiam fazer a 1ª opção, iriam direto para segunda, conseqüentemente, deixariam de ser abertos no Estado 76 CRAS e além disso o MDS deixaria de complementar para estes 76 municípios o valor de R\$ 880.949,16 (PAIF) e 3.065,28 ( PROJovem). Além disso, apenas 1 município utilizaria todo o recurso com os serviços para famílias com a presença de idosos e crianças de 0 a 6 anos, e 70 municípios perderiam R\$2.838.093,40 (65% do recurso inicial) já que a opção de implantar o PJA tem como requisito a habilitação em gestão básica ou plena.
- No Estado do Paraná outros 120 municípios que se encontram em gestão inicial e que não se adequariam às condições necessárias para utilizarem o recurso com PAIF, caso não se habilitem em gestão Básica ou Plena, perderão R\$

721.461,92 (32% do recurso inicial) a mais do que perderiam se se habilitassem. Além disso, o MDS deixaria de complementar para estes municípios R\$54.375,96 (PROJOVEM).

- Portanto se os municípios que se encontram em gestão inicial no Estado do Paraná não se habilitarem, haverá a sobra de recurso de 4.907.478,48 (20% do recurso inicial), no entanto, cabe lembrar que serão os municípios em gestão inicial que mais perderão recursos, representando 72,5% do total de recursos perdidos.

**Informe:**

- **12 de Setembro haverá em Brasília o Seminário Nacional para Implantação de Serviços com recursos originários do PBT com objetivo de orientar gestores e técnicos das Secretarias de Assistência Social e dos COEGEMAS sobre o preenchimento do termo de aceite e opção por serviços a serem implantados com recursos originários do PBT.**